

Esforço para aprovar projetos polêmicos

ROSSANA ALVES

BRASÍLIA — O presidente eleito está mobilizando os partidos que o apóiam para aprovar no Congresso, semana que vem, os três projetos de lei considerados fundamentais para seu Governo e que enfrentam resistências: a regulamentação da concessão de serviços públicos, a lei das patentes industriais e a fixação dos limites de gastos com o funcionalismo público. Apesar do empenho do vice-presidente eleito, Marco Maciel, em obter um acordo que viabilize a votação, apenas a limitação das despesas com a folha de pagamento superou a resistência dos partidos para aprovação.

Aprovados pela Câmara, os três projetos estão tramitando no Senado há cerca de dois anos. Mas a formação de lobbies contrários às propostas vem inviabilizando sua aprovação. O projeto das concessões encontra resistência principalmente nas concessionárias de energia elétrica e transportes. A lei das patentes não agrada nem um pouco à indústria farmacêutica nacional e o projeto que limita gastos com o funcionalismo não interessa a governadores e prefeitos.

Depois de conversar com seus colegas no Senado, Maciel está convicto de que a lei das patentes ficará para o ano que vem, pois as divergências em torno do projeto são muito grandes. O projeto das concessões, elaborado originalmente pelo próprio Fernando Henrique, só deverá ser implementado por meio de medida provisória, a ser editada pelo no início do ano que vem.

O vice-presidente acredita que o Senado aprovará o projeto que fixa em 60% da receita líquida corrente os limite de gastos da União, dos estados e dos municípios com a folha de pagamento, elaborado pela deputada Rita Camata (PMDB-ES). Ele lembra que a proposta já está pronta para ir ao plenário, só precisando da mobilização dos senadores. A verdade, porém, é que o projeto chegou a constar da ordem do dia do Senado durante seis meses no ano passado, mas não foi aprovado por pressão de governadores e prefeitos.

O relator do projeto das concessões, senador José Fogaça (PMDB-RS), também está cético quanto à aprovação da proposta e conversou na quinta-feira com Fernando Henrique, de quem ouviu um apelo para se empenhar na votação. Ao determinar a realização de licitações para a renovação de todas as concessões públicas em vigor, o projeto provocou a ira das empresas estaduais de energia elétrica e das empresas de transporte coletivo. Elas argumentam que, ao exigir a licitação, o projeto acabará desmontando todo o sistema atual, que levou anos para ser construído.